



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1 |

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 78ª
(SEPTUAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Estão em plenário o Deputado Ricardo Vale, a Deputada Luzia de Paula, eu, o Deputado Joe Valle, o Deputado Chico Leite e o Deputado Agaciel Maia. Estão presentes 6 Deputados.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2 |

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Sustentabilidade, Trabalho e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente e todos os presentes.

Sr. Presidente, quero aqui parabenizar todos os que participaram do trabalho feito na Virada do Cerrado, que aconteceu na sexta-feira, no sábado e no domingo, na Capital da República. Foram mais de sessenta atividades com centenas de instituições, para ressaltar a importância do bioma cerrado e a sustentabilidade. Foi extremamente importante a inauguração do Cerratense, que é o Centro de Excelência do Cerrado, no Jardim Botânico. Eu gostaria de convidar todos os Deputados para visitarem o Centro de Excelência do Cerrado, um local realmente privilegiado, que tem bastante futuro. Acho que lá vamos ter o trabalho de muitos pesquisadores, de todos aqueles que são, efetivamente, cerratenses, para que possamos ter sustentabilidade do cerrado, bioma tão ameaçado.

Quero dizer que tramitou nesta Casa uma lei que trabalhava efetivamente pelo Cerrado e que foi integralmente vetada pelo governo. Foi aprovada nesta Casa, mas vetada pelo governo e precisa ser rediscutida, porque temos algumas ações importantes, como a moratória do desmatamento por cinco anos, aqui no Distrito Federal, para que a gente possa dar um freio de arrumação nessa degradação e ser um exemplo para todo o Brasil.

Temos também a criação da primeira área livre de transgênico, que é a área do Instituto Federal de Brasília, dando exemplo para o Brasil também. A área é pioneira na Capital da República. Tudo isso existe na Lei do Cerrado, que faz parte de uma plataforma legislativa para fazer com que Brasília possa ser uma cidade sustentável, Sr. Presidente. A gente tem trabalhado nesses três dias, que foram bastante interessantes. Foi uma mobilização extrema em vários pontos do Distrito Federal, com resultados bastante animadores.

Eu gostaria também de ressaltar aqui, mais uma vez, esse momento em que o Governador veio à Câmara Legislativa anunciar um pacote em que há corte e fusão de secretarias o que mostra o interesse e o trabalho de corte na carne; diminuição de salário do Governador, diminuição do salário dos secretários, fusões de todas as secretarias.

Para a gente, em um primeiro momento, é importante e extremamente interessante. Temos muito medo de um processo como esse, porque não percebemos uma discussão mais aprofundada nesse sentido. Pelo menos, não foi discutido absolutamente nada com a Câmara Legislativa. Entendo que poderia haver opiniões valiosas dos Deputados no sentido da melhoria da efetividade desse pacote. Se tenho uma relação de pertencimento, de ajuda, tenho, por consequência, uma defesa muito mais aguerrida e muito mais apropriada aqui nesta Casa, até mesmo porque teríamos propriedade para falar exatamente do que se tratava esse processo e onde estaríamos atuando nele.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3 |

O nosso receio é que um modelo desorganizado funda-se, junte-se em pequenos espaços – desorganização em pequenos espaços – e crie a desorganização em grandes espaços. Essa é a nossa lógica. Mas queremos dar um voto de confiança, apesar de que, quando se fundem áreas extremamente tradicionais na cidade, como, por exemplo, a Secretaria de Agricultura – isso acontece em todos os estados da Federação –, com várias outras secretarias, a possibilidade de uma desorganização do setor é extremamente grande.

Vamos estar de olho, porque, apesar de o Governador ser o senhor desse processo, o tomador das decisões – eu o congratulo por isso –, ao mesmo tempo, somos representantes de um setor extremamente importante, que é a agricultura. No mínimo, a Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal e a representação política desse setor precisariam ter sido consultadas nesse processo. Não seríamos contra esse trabalho se ele fosse muito bem explicado, mas a não consulta à representação política do setor e a extinção da instituição, o órgão que se preocupa com o setor, coloca-nos no lado oposto e diametralmente contra essa fusão da forma como foi feita.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder da Maioria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, Sras. e Srs. Deputados, ainda no primeiro semestre do ano passado, tive a oportunidade, Deputado Chico Leite – sempre digo que quem está falando aqui não é o Deputado, não é o político, é o economista –, de alertar para algumas medidas que estavam sendo colocadas e o grande risco que é o ano eleitoral. Em ano eleitoral, o governante não quer tomar nenhuma medida antipática, porque é candidato e, ao mesmo tempo, todas as benesses que aparecem, o sujeito enxerga aquilo transformado em votos.

Na realidade, o que aconteceu não só em Brasília, mas na maioria dos estados, foi uma série de concessões sem o devido estudo, sem o devido ajustamento ou perspectiva de médio e grande prazos sobre o impacto que determinadas medidas iriam surtir no futuro. É aquele ditado: não interessam os meios, desde que se atinjam os fins. Então, no ano eleitoral, como aconteceu em Brasília e em vários estados, foi concedida uma série de benefícios sem que houvesse o respaldo orçamentário e financeiro.

Todos nós já alertávamos sobre o aspecto da diminuição da desaceleração da economia. Então, não se podiam aumentar as despesas enquanto se via a economia refluir. Não ia dar certo. Eu falava que, a continuarem aqueles procedimentos, iríamos fazer um enfrentamento com essa situação que está acontecendo agora. Deparamos com isso, Deputado Chico Vigilante, que está acontecendo.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 4 |

Hoje o Governador esteve aqui na Câmara para, junto com os Deputados, fazer um elenco de medidas que são imprescindíveis, impopulares. Para o Deputado Distrital, isso é extremamente desgastante, porque, quando se vota a favor de um aumento, mesmo sendo ele necessário, normalmente há a sociedade, que se posiciona contra, e alguns Parlamentares – é natural – que votaram contra, que divulgam que o colega votou a favor do aumento.

Agora, nós precisamos, dentro de um quadro de responsabilidade, analisar exatamente o que está acontecendo. Se nós vamos para uma barbárie, vamos fazer um enfrentamento da falta de pagamento de servidores. Nós estamos entrando em colapso, pois muitos empregadores e prestadores de serviço para o GDF não estão recebendo, as empresas estão falindo, as pessoas estão sendo desempregadas. Nós temos um quadro sério, que é o problema das greves, principalmente, de áreas estratégicas, como é o caso da segurança, no caso a Polícia Civil. Temos o Deputado Wellington Luiz, aqui, que acompanha e representa muito bem as categorias.

Então, nós ficamos numa situação, Deputado Wellington Luiz, entre a cruz e a espada. Se não votarmos os aumentos que gerarão receita para fazer frente a esses pagamentos, nós podemos ser culpados, se a cidade entrar numa decadência total, numa falência total, com fechamento de emprego. E muitos dos empregados, a maioria das pessoas simples que têm o seu emprego, seja lá no Sol Nascente, no Pôr do Sol, ou na Estrutural, não vai entender porque está sendo desempregada.

O Parlamentar se posicionar contra é bom, a princípio, no momento, é muito bom, porque você vota contra, e o impacto inicial é o de que você está votando contra, está do lado povo. Mas e as pessoas que vão ser desempregadas? E os funcionários que não vão receber? E a economia, o setor produtivo?

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, quero aqui parabenizá-lo pela lucidez com que V.Exa. trata do assunto. É um momento de muita dificuldade neste País. É um momento em que toda a sociedade, a classe política, a classe corporativa tem que ter um olhar diferenciado, porque nós estamos vendo isso não só no Distrito Federal. Eu costumo dizer que, no Distrito Federal, nós ainda estamos vivendo um momento muito bom, porque outros estados estão bem piores, nós temos acompanhado. E, se todos não derem as mãos neste momento e não tiverem essa visão que V.Exa. está passando, com certeza, nós vamos levar a sociedade a uma convulsão. Principalmente as classes menos favorecidas, realmente, como V.Exa. coloca, não vão entender o que está acontecendo e vão começar a atirar pedras.

Realmente V.Exa. lembrou de um fato que dói: quando você assume a responsabilidade junto com o Estado e depois é penalizado, muitos parecem ficar posando de bom moço. O resultado está aí. Nós estamos vivendo um momento muito difícil, e é necessário dar as mãos.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5 |

Parabéns pela lucidez com que V.Exa. coloca os fatos e os traz, sempre com conhecimento profundo que tem de economia, hoje, a esta tribuna, com muita clareza e até com clamor, para que todos percebam, neste momento, que é necessário dar as mãos e juntos assumir as responsabilidades.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu agradeço e incorporo o aparte de V.Exa., que é uma Deputada que representa uma área, junto com o Deputado Chico Vigilante, das mais carentes de Brasília. A Ceilândia em si é uma cidade desenvolvida, mas nós temos o Pôr do Sol, o Sol Nascente, que são áreas carentes, que precisam que as pessoas trabalhem por elas, que precisam de infraestrutura, que precisam da ação do governo. Ninguém, na iniciativa privada, vai chegar lá para pavimentar, para colocar esgoto, para melhorar nada. Tem que ser o governo, principalmente nas áreas mais carentes.

Portanto, quero agradecer a V.Exa. o seu aparte.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, acho que V.Exa. vem trazer uma explicitação de um momento bastante crítico em que o País vive. Estamos vendo os movimentos de contenção de gastos no plano federal, como também algumas medidas do ponto de vista de robustecer a receita do Governo Federal, principalmente no que diz respeito à vinculação da nova proposta da CPMF com a Previdência em 0,2%, utilizando-se eventual emenda para chegar a 0,38%, para repassar essa diferença para os estados.

Veja bem, aqui no Distrito Federal, nós temos uma situação de desencontro das contas do ponto de vista de despesa e de receita. V.Exa. já é Presidente, pela segunda vez, da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Creio que o aprofundamento dessa discussão tem que ser feito. Nós estamos vivenciando, desde há pouco, um cenário extremamente preocupante, posicionado pelo Sr. Governador: depois de oito meses de governo – já estamos em meados do nono mês –, o Governador traz uma proposta de não cumprimento dos acordos firmados com os servidores. Isso é estarecedor!

O Sr. Governador, já desde o segundo turno, pois foi consolidado como Governador no final do mês de outubro... Ele teve dois meses para analisar, no pleno vigor do governo anterior – no início do seu governo e fazendo toda a transição –, de tomar, de pré-anunciar para a população medidas claras e contundentes. E o que aconteceu? Nada disso fez! Ganhou, tripudiando em cima do governo anterior.

Até aí, vale aquilo que fez o governo anterior e aquilo que a nova proposta anunciou; mas, até o momento, ele só inaugurou obras feitas pelo governo anterior; todo o tempo, relembra o governo anterior de maneira negativa e, por incrível que pareça, retoma os projetos, principalmente no que diz respeito à reestruturação do sistema viário, com base na modelagem.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 6 |

V.Exa. era Deputado, e autorizamos aqui empréstimo no Banco do Brasil. O governador anterior tinha assinado, nós vimos um contrato assinado ser rasgado para conferir ao novo governador o privilégio de ter a assinatura dele no empréstimo do Banco do Brasil. Agora, depois de quase nove meses, anunciar isso? Nós servidores públicos, nós que estamos nessa caminhada, não podemos coonestar isso. O governo governa esse período todo sabendo que quem planejou o seu orçamento chegaria a esse mês para ter o reajuste.

Eu saí absolutamente arrasado, pensando que ia haver uma proposta de envolvimento da Câmara na perspectiva de fortalecimento das finanças públicas. Por isso, e por outras razões, creio que essas medidas só vão trazer inquietação, inconformidade no interior de nossa população.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. passa ali na região de Taguatinga, o novo Centro Administrativo se inaugurou daqui e dali, bateram no Governador Agnelo, foram até o Ministério Público, disseram que havia ilegalidade. Essas ilegalidades não apareceram. Está lá o prédio pronto, estão gastando uma fortuna para mantê-lo, para dizer que não há mobiliário. E, e ao mesmo tempo, o Estado continua fazendo contratos de locação de novos edifícios para acomodação. Ora, não dá para a gente pensar que estamos vivendo um quadro de racionamento real.

Portanto, foi absolutamente desalentadora essa reunião que tivemos com o Governador.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Com a permissão do Presidente, Deputado Chico Vigilante, e de V.Exa., quero agradecer o aparte.

O debate que V.Exa. traz a lume é bastante oportuno porque nós vivenciamos um momento de crise no Brasil e no Distrito Federal. Da crise, supõe-se sempre que não há janelas, não há luz, mas – crise, do grego, ver claro –, quando a gente passa por uma, sai sempre mais forte.

Fundamental é ter a consciência de que, neste momento de crise, nós podemos tomar muitas decisões. Nós podemos fazer uma avaliação de inúmeros problemas, até para não entrar em outra crise logo, logo. Há alguns debates que no plano federal se têm aberto, mas no Distrito Federal eu tenho notado que o governo tem procurado chamar a atenção para o Estado brasileiro. Que Estado desejamos, qual o serviço público que atende efetivamente a sociedade, que servidor público é o que está a contento? Nós vamos ter que fazer um debate nacional.

Ontem eu tomei uma atitude, Deputado Agaciel Maia, para tentar deslindar essa dúvida sempre colocada para nós todos desde o início do ano. O Deputado Chico Vigilante vem dizendo desde o início do ano, em vídeos, em debates neste plenário – S.Exa. sempre foi muito voluntarioso, teve muita responsabilidade com a coisa pública, seja na Oposição, seja quando apoiador do governo – que há dinheiro,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 7 |

que há financeiro, que há previsão orçamentária. Diz isso desde o início do ano. Eu acompanhei, participei inclusive do primeiro dos estudos.

Ontem eu tomei uma atitude para ver se conseguimos deslindar isso, porque nós temos muita responsabilidade. O Deputado Chico Vigilante é uma pessoa de palavra. O Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal Colombini esteve aqui e não consegui retrucar, essa que é a realidade, eu mesmo fui um que questionei. Fui ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – ao Procurador-Geral em exercício, Dr. Demóstenes, e ao Presidente Renato Rainha. Eu fui indagar deles como é que estava efetivamente a nossa situação orçamentária, financeira e fiscal, para que nós desvendássemos de uma vez por todas. E observei a eles que, com toda a elegância necessária e a humildade de quem quer prestar um serviço ao povo do Distrito Federal, eu ia oficiar a ambos, para indagar isso objetiva e concretamente, que esse não é um momento de disputas políticas e ideológicas.

Esse não me parece o momento de fazer da dificuldade do povo do Distrito Federal escada para ascensão política ou palanque para divulgação de propostas. Esse é um momento para a gente saber do que é que o povo precisa. E nós temos que ter a responsabilidade de nos colocar à disposição daquilo que é necessário, seja qual governo for. Eu aqui represento a população do Distrito Federal, V.Exa. também, e o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Joe Valle, o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Luzia de Paula, a Deputada Sandra Faraj.

Trouxe um rol de documentos de lá, mas vou oficiá-los amanhã – até amanhã, pode ser que consiga encaminhar hoje –, com uma pergunta objetiva e concreta. Eu quero saber se há efetivamente recurso para fazer vezes aos compromissos assumidos pelo Governo do Distrito Federal com seus servidores.

Eu quero saber se há, porque, se não houver, nós vamos ter que responsabilizar aqueles que fizeram cortesia com o chapéu alheio. Vamos ter que dar nome aos bois. Nós vamos ter que responsabilizar segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não é possível mais percorrer a vida pública sem responsabilidade. Não é possível ficar deixando dívida para que outros paguem. Nós temos que ter responsabilidade, temos que chamar atenção para este debate, Deputado Agaciel Maia. Nós podemos perder várias eleições, mas nós não podemos perder a dignidade. Não sou daqueles que acham que se pode fazer palanque da dor dos outros.

Então, tomei essa atitude ontem. Assim que encaminhar, observarei aqui ao Plenário. Eu observei que enviaria. E pedi para que eles fossem breves porque nós temos que tomar muitas decisões e temos que mostrar ao povo que tomamos. Ficaram de me dar resposta. Assim que eu receber, trarei a este plenário e enviarei à comissão de V.Exa., que certamente está debruçada sobre este mesmo tema. Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço o aparte de V.Exa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 8 |

V.Exa. é um Deputado extremamente competente, brilhante, que sempre busca informações necessárias. Eu acho que essa discussão – um deve tanto, o outro deve tanto, o Governo Agnelo deixou uma dívida de tanto, uns dizem que é um valor, outros dizem que é outro... A gente já vem debatendo esse assunto desde o início do ano.

O que eu quero afirmar é que este não é um bom momento para ser Deputado Distrital, muito menos para ser Governador, numa conjuntura dessas. Deputado Chico Leite, não é um bom momento para ser Deputado, para ser um Deputado responsável, um Deputado, como V.Exa. disse, que pense assim: eu vou fazer um discurso sobre economia, mas vou pegar as informações do Tribunal de Contas, eu não vou ficar batendo boca com alguém que diz que a dívida é de 1 bilhão e 400 e o outro diz que é de 4 bilhões ou coisa dessa natureza.

Não é um bom momento para ser um Deputado que pense na população. Por quê? Porque num momento de crise... Na bonança todo mundo é bom – inaugurar, participar, festas, é tudo muito bonito –, mas na hora de cobrar, de enfrentar o problema do desemprego, de enfrentar as greves, de deparar diretamente com as necessidades da população... É um péssimo momento para um Deputado que queira fazer um trabalho sério, e em especial para o Governador.

Mas o que acontece? Na realidade, nós entramos – os dados do Relatório de Gestão Fiscal presume-se que sejam fidedignos – em uma extrapolação do limite prudencial. Nós estamos no limite prudencial, que é uma luz amarela, mas, quando se ultrapassa o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma luz vermelha. Então, o problema agora para o Governador é que é o pescoço dele, ele tem oito meses para sair disso. Ou ele aumenta a receita ou ele diminui a despesa. Assim, ele tem oito meses, senão ele vai responder à Ação de Improbidade Administrativa e pode até ser preso.

Por isso que eu digo que não é um bom momento, Deputado Joe Valle, para votarmos aumento de despesa. Qual é o Parlamentar que vai votar aumento de despesa? O governo tem uma boa comunicação na hora de inaugurar, na hora de dar benefício. Ele é um bom general de ataque, mas é um péssimo general de defesa, porque, na hora da dificuldade, a comunicação com a população é feita por subterfúgio. Quando nós votarmos os aumentos, se aprovarmos aumento de despesa, a exemplo do que aconteceu com o IPVA, aí não vão dizer que não foi o Executivo, não. Vão dizer que foram os Deputados Distritais. E alguns ainda colocam a cara da gente e distribuem na Rodoviária, achando que isso realmente é uma política de eficácia, mas não é, porque aquela pessoa está menosprezando. Quando a gente tomou aquela decisão, tomou principalmente pensando em preservar o servidor público, pensando em preservar o emprego do sujeito que está morando distante, mas o efeito midiático é este: “Eu votei contra, olhem quem votou a favor, foram esses sujeitos aqui”.

Então, este é um momento crucial, e o relógio não para, Deputado Chico Leite, o relógio não para. Quando se realizaram os pagamentos, segundo



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 9 |

informações, só sobrou 1 milhão e 200 na conta do governo. O próximo pagamento está rodando, os dias estão passando e ele vai chegar.

Quando se toma a decisão de suspender reajuste salarial, e eu concordo com o Deputado Wasny de Roure, o sujeito que teve o salário corroído pela inflação – o reajuste é justo – não vai entender desculpas nem de Deputado nem de Governador para suspender o aumento, que, na realidade, não é aumento, é uma correção do processo inflacionário sobre o ganho salarial, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Esta que é a grande dificuldade. Mas o que acontece? É como o Deputado Chico Leite disse. Se tem responsabilidade, de quem é? Vamos virar reféns? Na aprovação dos 53 milhões para os ônibus, eu disse que nós somos reféns. Ou aprovamos isso aqui e ficamos reféns das empresas de ônibus e do governo ou não o aprovamos, e os ônibus param todos segunda-feira e quem tem que vir trabalhar não vem. No primeiro dia, o empregador até entende. No outro dia o cara fica aborrecido. No terceiro dia, sabe o que o sujeito diz? “Se tivesse boa vontade teria vindo para o emprego. É preguiçoso, está vendo? Se não havia ônibus, por que ele não se virou com os piratas? Por que não pegou uma carona?” Eu conheço algumas pessoas que foram demitidas exatamente com essa justificativa.

Por isso, Deputado Chico Leite, é importante primeiro não terceirizar essa responsabilidade do governo atual para o governo anterior, do governo anterior para o governo atual. E o pior é colocar a batata quente no nosso colo. Os Parlamentares que têm uma visão de responsabilidade, que não querem ver a nossa cidade numa barbárie, onde não funciona nada, onde há desemprego, onde não pagam servidores, onde veremos queima de pneus no Eixo Central quando viermos trabalhar. Todos nós – Deputados, governo, segmento produtivo – temos que buscar uma solução, porque, afinal de contas, é a convivência que temos no dia a dia.

Portanto, o que eu queria falar hoje não a defesa de aumento. Eu não estou defendendo aumento. Quem é que quer aumentar? Governo nenhum. O cara com a popularidade baixa vai apresentar proposta de aumento de impostos sem necessidade? Então, estamos novamente reféns. Ou há um esforço para aprovarmos determinadas medidas – umas sim, outras não – para poder equilibrar orçamentariamente, para que o servidor tenha emprego, para que o setor produtivo se mova, para que a cidade volte ao normal, ou vamos fazer o discurso do quanto pior melhor. Voto contra tudo, coloco nas minhas páginas sociais que votei contra. Quando o sujeito sai de casa e não tem ônibus, ou estão queimando pneus, ou a família perdeu o emprego e não tem como fazer a feira, a responsabilidade não é minha! Eu não tenho nada a ver com isso!

Por isso estou chamando os nobres Parlamentares, os que estão no plenário e os que estão nos gabinetes, para fazer esse debate. As propostas do governo serão encaminhadas. Elas devem ser debatidas! Algumas coisas podem ser digeridas; outras, não. Mas a discussão tem que ser feita, e o governo, principalmente, tem a responsabilidade de olhar no olho de cada um da população do Distrito Federal e fazer uma comunicação eficaz. “Olha, eu estou fazendo isso



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 10 |

porque é necessário, senão vai acontecer isso, isso e isso.” Mas o que é comum é exatamente os governos colocarem a culpa na Câmara Legislativa ou em outros segmentos. Uns colocam a culpa até na mídia. Dizem: “A mídia está falando mal, porque ela não gosta de mim.”

Por isso eu disse que este não é um bom momento para ser Deputado que esteja comprometido com a população. Nem é este um momento bom para ser governador, talvez em nenhuma unidade da Federação do Brasil.

Há uma crise, e só saímos da crise com criatividade e com trabalho. Não há outro caminho.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tive oportunidade de, na sala da Presidência, há pouco, ouvir o Governador Rollemberg. Falei a ele a mesma coisa que vou falar aqui, até porque, Deputado Chico Leite, não fui eu, foi o Rollemberg que disse, ao longo da campanha, que havia dinheiro e faltava competência! Faltava gestão! Eu continuo afirmando: dinheiro tem. Falta competência! Falta gestão!

O Governador Rollemberg ganhou dia 26 de outubro. Nós ficamos de outubro a 15 de dezembro para votar o Orçamento. Eu me lembro de que, no governo anterior, Deputado Joe Valle, quando o Agnelo ganhou, ele deslocou para dentro da Câmara Legislativa – e era Deputado Distrital o Deputado Agaciel Maia – uma equipe para alterar a proposta orçamentária que estava aqui e remanejar recurso para onde ele queria. E nós fizemos!

Eu me lembro, Deputado Joe Valle, de que comentei com V.Exa., uma vez, que eu estava assustado, porque o Orçamento estava em plena discussão aqui, e nunca apareceu um vivente do Governo Rollemberg para discutir o Orçamento com a gente! Não foi assim? Não veio um pé de gente para discutir conosco! E nós aprovamos o Orçamento, que nós entendemos que estava bom para ele, porque ele não veio dizer que não estava bom!

Mas o Deputado Agaciel Maia, como é muito generoso do ponto de vista político, nos convenceu a, pela primeira vez, fazer com que o Governador pudesse remanejar 25% do Orçamento sem autorização da Câmara.

Mas o que faz o Governador? Está desde o dia 1º de janeiro ameaçando os servidores, os professores, principalmente. Deputado Prof. Reginaldo Veras, o ajuste que saiu para os professores não foi uma dádiva dos céus. Foram 52 dias de greve, de enfrentamento, para que saísse o reajuste. Cinquenta e dois dias! E o Governador Agnelo, num gesto para que os alunos não ficassem prejudicados, entendendo que era importante, concedeu o reajuste.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 11 |

A questão de estar com dificuldade não é de Brasília! O Estado de Minas Gerais está quebrado! Eu disse isso agora para o Governador. O Estado de Pernambuco está quebrado, e quem o administra há meio século é o PSB! Está quebrado! O Estado do Paraná não está só quebrado, está falido! O Distrito Federal não está falido!

No entanto, as medidas deveriam ter sido tomadas no dia 1º de janeiro! Deus não ajuda quem dorme no ponto. E vem agora, como que condicionando, dizer que, para pagar os reajustes, nós temos que aumentar imposto. E eu vou deixar claro: eu não voto aumento de imposto, porque a sociedade já está por demais onerada.

Mas, senhoras e senhores, eu já disse aqui e vou repetir para a imprensa presente e para os senhores: o problema do governo é que ele é mal assessorado. Ele manda um aviso para esta Casa – daqui a pouco vamos receber – dizendo que não vai pagar os reajustes. Nós devemos nos lembrar de que, quando o Governador Arruda ganhou no primeiro turno e assumiu, Deputado Joe Valle, ele também quis cancelar os reajustes na época! Mandou os projetos cancelando, Deputado Prof. Reginaldo Veras! Naquele tempo, V.Exa. não era Deputado, era professor. Foram para as ruas protestar! E não aceitaram que não fossem pagos. O que fez o Governador Arruda? Fez uma lei, que está em vigor – eu estou com ela em mãos –, que é a Lei nº 4.318, de 8 de abril de 2009. Portanto, não precisaria haver todo esse carnaval que o Governador Rollemberg está fazendo aí, desde que ele tivesse assessoramento. Veja que o Chico Dutra lá do Jornal de Brasília não precisava fazer tudo isso, desde que tivesse alguém para dizer a ele que há uma lei. O que é a lei? Eu vou lê-la na íntegra.

“Lei 4.316, de 8 de abril de 2009.

Autoria do Projeto: Poder Executivo – Governo Arruda.

Estabelece requisitos para a concessão ou a implementação de reajustes de remuneração, vantagens ou benefícios para os servidores ou empregados da administração pública do Distrito Federal e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal.

Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os efeitos financeiros decorrentes da criação de gratificação, dos reajustes – Deputado Wasny de Roure – de vencimentos, subsídios e remunerações e das reestruturações de carreiras ou cargos instituídas por meio de leis ainda não implementados – que era o caso naquela época – ficam condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a realização da despesa, conforme estimativa feita nos termos do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no momento do encaminhamento das respectivas proposições legislativas, observando-se o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 12 |

§ 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação da Receita e das Despesas do Distrito Federal com a seguinte composição..." (...)

Isso ocorreu no Governo Arruda.

(...) "I – três representantes do Poder Executivo, competindo a um dos indicados:

I – a presidência da Comissão;

II – três representantes da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

III – três representantes da categoria dos servidores públicos do Distrito Federal.

§ 2º Caberá à Comissão de Avaliação da Receita e das Despesas do Distrito Federal a demonstração da existência de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o *caput*, a ser efetuada trimestralmente, por meio de relatório específico.

§ 3º O comportamento da receita corrente líquida e as medidas adotadas para o cumprimento das metas de resultados fiscais no período considerado poderão ensejar a antecipação ou a postergação da data de início dos efeitos financeiros referidos no *caput*, em cada exercício financeiro.

§ 4º Aplica-se o disposto no *caput* a eventuais concessões de reajustes para os servidores ou empregados da administração direta, autárquica e fundacional e, também, das empresas públicas custeadas, total ou parcialmente, com recursos do Tesouro do Distrito Federal.

Art. 2º Será regulamentada pela administração a forma de pagamento das parcelas salariais eventualmente não efetivadas, total ou parcialmente, no mês de competência.

Parágrafo único. O pagamento a que se refere o *caput* deverá ser realizado até o décimo quinto dia do mês subsequente.

Art. 3º O Poder Executivo destinará, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida do Distrito Federal para pagamento de débitos com seus servidores – esses serão pagos, porque o servidor tem direitos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de abril de 2009, 121º da República e 49º de Brasília.

José Roberto Arruda, Governador do Distrito Federal."

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, houve uma outra colocação do Sr. Governador quanto à questão do



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 13 |

salário dele e do Vice-Governador e dos Secretários. Essa é uma prerrogativa da Câmara Legislativa. Ele até pode mandar um pedido de um projeto de decreto legislativo para que a Câmara reduza o salário no percentual que está propondo, mas ele não pode rebaixar. Se quiserem diminuir o salário, voluntariamente, cada um dos Secretários, ele e o Vice-Governador têm que fazer um depósito bancário na conta do Tesouro Nacional no valor correspondente aos 20%.

Naturalmente é uma decisão dele, e nós respeitamos. A gente tem que combinar as iniciativas políticas com aquilo que a legislação confere formalidade. O Agnelo fez isso. Ele reduziu, se não me falha a memória, em 10%. Só que demorou mais de um ano para ser aprovado. Então tem que ser aprovado.

Ele deveria ter pedido aos Deputados. A oportunidade foi hoje. Não adianta dizer. Se querem fazer isso, eles têm que pedir voluntariamente, os Secretários e o Vice-Governador. Por mais que ele queira, existe uma lei. Senão o faz exercer o comando como um imperador: faz e desfaz da lei conforme convém. Até entendo ser uma postura bastante sensata, de compromisso, tem tudo isso, mas a legislação tem de ser observada.

O que mais me deixou estarecido nessa audiência, Deputado Chico Vigilante, é que o Governador mandou um projeto. Sequer ele pediu aos Deputados ou apresentou os parâmetros dessa defasagem, como enfrentar essa defasagem, que impacto na receita essas medidas trarão para o Distrito Federal.

Então, a essas coisas, acho que tem que ser dado o devido entendimento da magnitude da responsabilidade. Imagine, na condição de servidor, você já traz, inicia o ano, você faz o orçamento, assume compromisso. De repente, você é surpreendido porque aquele aumento que lhe foi conferido em lei deixa de existir. Essa coisa tem que ser vista com mais cuidado.

Eu sei que existe a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu entendo que isso é verdade. Entendo que o Fundo Constitucional está tendo uma perda relativamente significativa pela primeira vez no Distrito Federal, mas não se pode governar simplesmente com ímpeto, temos de governar com racionalidade e com o ordenamento jurídico que norteia esta cidade; caso contrário, não há necessidade de governo. Há governo com as devidas limitações que ele possui no ordenamento da nossa cidade.

Eu parablenizo V.Exa. por trazer essa discussão. Acho que os colegas de diferentes partidos devem se posicionar porque nós não podemos assistir a essas informações, com a gravidade que urge, e ficarmos absolutamente silenciosos. Eu tenho aqui os números do Fundo Constitucional que o governo mandou para o orçamento do ano que vem. É um disparate. Deputado Raimundo Ribeiro, o governo propõe um aumento, para se ter uma ideia, Deputado Chico Vigilante, para a Polícia Civil, de 3,42%; de 10,84% para o Corpo de Bombeiros e de 15,31% para a área da Polícia Militar.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 14 |

Então a gente precisa ter a resposta para essas medidas que o governo propõe para a nova proposta de orçamento da União. Acho que a Câmara merece um pouco mais de consideração.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure e o incorporo ao meu pronunciamento.

Vou repetir aqui o que tenho falado constantemente. Na verdade, Deputado Wasny de Roure, desde o dia 1º de janeiro que o Governador, para aumentar impostos, ameaça os servidores. Servidores viraram o cão!

Eu sei de servidores, inclusive uma servidora desta Casa, que me ligava todo dia querendo saber se iam acabar com a licença-prêmio, para ela dar entrada na aposentadoria. As pessoas deram entrada na aposentaria, e o que o governo fez? Cancelou o pagamento da licença-prêmio, não cumpriu a lei. O governo poderia perfeitamente ter constituído a comissão que está prevista na Lei nº 4.316, mas por que não fez isso? Não fez porque, se fizesse, os servidores da Câmara Legislativa e os servidores públicos do Distrito Federal teriam acesso aos números reais da conta do Distrito Federal. O Governador prefere continuar intimidando, ameaçando e dizendo: ou há aumento de imposto, ou não pago o reajuste de vocês. Isso foi dito. E vou repetir: eu não voto aumento de imposto. Para mim, não há problema nenhum em vender ativos do Distrito Federal, vender terrenos. Não vai conseguir privatizar as nossas empresas.

É bom que a gente se lembre, Deputado Raimundo Ribeiro – aproveito para dizer que nesta Casa conto com o apoio de V.Exa. e de todos os Parlamentares –, de que, para vender as nossas estatais, há necessidade de um referendo, ou seja, a população tem que ser ouvida para dizer se aceita ou não a venda. Está na Lei Orgânica.

Não adianta, Deputado Wasny de Roure, dizer que é um gesto de humildade vir à Câmara Legislativa e nos tratar do jeito que está tratando. Não adianta nada dizer que tem humildade ao vir à Câmara e nos tratar da maneira como está nos tratando, como se fôssemos um bando de meninos que não entendem nada. Isso não vale. É terrível o que está sendo feito com os trabalhadores da saúde, da educação e da segurança, no caso a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros.

O Governador dizia ao longo da campanha, um senador da República que conhecia os números: "Dinheiro tem, falta gestão". Era isto: "Dinheiro tem, falta gestão". Eu tenho dito agora que dinheiro tem, falta gestão e vergonha na cara de alguns que ficam dizendo que não tem, que o Distrito Federal está quebrado. Começou dizendo que era 1 bilhão, subiu para 2 bilhões, chegou a 3 bilhões, depois chegou a 5 bilhões e até hoje não apresentou concretamente qual o número do déficit.

O Deputado Wasny foi Secretário de Fazenda. No déficit que falam por aí, Deputado Agaciel Maia, estão inclusos precatórios de vinte anos. Há precatório de



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 15 |

vinte anos que até hoje não foi pago. Há o famoso precatório dos médicos – é muito dinheiro –, que entra como déficit também, mas nunca foi pago. É preciso que a gente reflita, analise e veja efetivamente qual é a realidade do Distrito Federal.

Eu digo: o Distrito Federal não está quebrado, o Distrito Federal não está falido. Está muito diferente de quando Agnelo assumiu. Havia duzentas ações no Cadin, estava com o nome sujo. Hoje está pronto para fazer empréstimos, e a capacidade de endividamento do Distrito Federal ainda é muito grande.

Para concluir, quero dizer que estou ao lado dos servidores. Todos votamos aqui, a Oposição da época era mais aguerrida na defesa dos reajustes. Eu quero saber: vamos dizer agora, Deputado Raimundo Ribeiro, que estávamos errados? Nós estávamos certos em conceder os reajustes, e considero que estamos muito corretos em mantê-los, fazendo com que os servidores tenham o seu direito garantido e respeitado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Deputado Chico Vigilante, sei que V.Exa. já encerrou, mas eu gostaria de pegar um gancho, inclusive na condição de servidor público também. Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, temos divergências com relação a algumas visões, mas precisamos entender que o governo precisa encontrar soluções para os problemas, e temos que sair da mesmice.

Todas as vezes que temos uma necessidade, qual é o caminho mais fácil? É criar impostos, onerar a sociedade. Nós temos que parar com isso, primeiro porque a sociedade já está pagando quase 40% daquilo que ganha com o fruto do seu suor. De repente, por má gestão, por uma crise econômica, enfim, por uma série de razões, a gente vai querer novamente chamar a sociedade para pagar esse rombo que aí está.

Não nos interessa, não vamos discutir isso, mas eu quero registrar o meu profundo desgosto de ver – saindo daqui para a Esplanada dos Ministérios – a proposta do Governo Federal em recriar uma contribuição como a CPMF. Por que o profundo desgosto? A sociedade participa sempre que é convocada, mas ela precisa acreditar. Ela precisa ter certeza de que aquilo é necessário e vai resolver o problema.

Eu digo que é lamentável porque todo governo precisa ter a credibilidade necessária, senão não adianta. Ele pode estar falando a verdade mais absoluta do mundo, mas, se a população não acredita, nada daquilo vai dar certo.

Então, quando eu vejo uma proposta como a recriação da CPMF – na verdade, ela nasceu lá atrás, era um imposto com Adib Jatene, que depois transformaram em contribuição para poder fugir de determinados controles; depois



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 16 |

ela deixou de sustentar a saúde e passou a ser outra coisa –, a gente fica muito triste.

Eu pedi este aparte a V.Exa., que me concedeu, na verdade para outra coisa: para parabenizar o Governo do Distrito Federal numa ação que foi feita por intermédio da Secretaria de Justiça e Cidadania nos últimos dias 12 e 13, sábado e domingo passado, no Sol Nascente. Foi feito o Mutirão da Cidadania, que contou com a coordenação da Secretaria de Justiça e Cidadania e com a colaboração do Comando da Aeronáutica e de várias secretarias do Distrito Federal. Em dois dias, Deputado Chico Vigilante, resultou no atendimento de 5.223 pessoas.

Vejam o quanto é importante que o governo esteja presente onde a população está. Aliás, o governo não faz nenhum favor. É obrigação dele chegar lá e dizer: posso ajudar em alguma coisa? Como aquelas camisas que vemos nos bancos. Nos bancos sempre há uma menina com aquela blusa: "Posso ajudar?" O governo tem que fazer isso. Esses mutirões de cidadania têm que acontecer todos os dias. Por quê? É uma demonstração clara de que, se descentralizar, se for até a população, estará cumprindo o papel como governo.

Portanto, eu não posso deixar de fazer esse registro e parabenizar a Secretaria de Justiça e Cidadania, bem como todas as outras Secretarias, em especial a Secretaria do Esporte e Lazer, dirigida muito bem pela nossa colega Leila Barros, que fez um excelente trabalho no Sol Nascente. Com certeza a população de lá, pelo menos nesse final de semana, apesar de todas as dificuldades que enfrenta, ficou feliz porque o governo estava presente.

Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, por me ter concedido o aparte.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Volto à tribuna e ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, é uma honra falar aqui no seu horário. Eu só quero fazer minhas as palavras de V.Exa., as palavras do Deputado Raimundo Ribeiro, e expressar também a nossa preocupação em relação a tudo que está realmente chegando a esta Casa.

Neste momento eu falo como Deputado. Eu falo como o Deputado Julio Cesar, que obteve uma boa votação no Distrito Federal e defende principalmente a área do esporte, porque nos preocupam muito esses aumentos que chegam a esta Casa, da mesma forma que nos preocupa essa questão de a CPMF voltar, como temos visto no Governo Federal. Geralmente é como o Deputado Agaciel Maia falou no início: sempre acaba sobrando para a população. Então, acho que temos que tentar encontrar uma saída para que o bolso do cidadão não seja, mais uma vez, prejudicado.

Na data de hoje, conversando com alguns Deputados, percebi que existem várias saídas. Vemos aí quantos são os funcionários públicos do Governo Federal que hoje estão no Governo do Distrito Federal. Nós temos que ressarcir valores ao



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 17 |

Governo Federal. Se nós colocarmos isso na ponta do lápis, está em torno de 400 mil a 500 mil reais por mês o que temos que ressarcir ao Governo Federal, e nós poderíamos devolver tudo. Se você multiplicar por 12, dá quase 5 milhões, quase o valor que precisa reduzir, os 20% que são tão falados.

Então, acho que nós temos realmente que buscar criar, ter criatividade para que a população não seja penalizada. Eu tenho certeza de que cada item que foi proposto, que foi protocolizado hoje, realmente vamos discutir, vamos debater e tentaremos fazer com que a população não seja prejudicada. Vamos ver outros projetos. Acho que é muito mais fácil a venda de bens públicos. Acho que isso aí é muito mais fácil realmente de se aprovar, mas, em relação aos impostos, acho que temos que ir com muita calma, porque, torno a repetir, eu vou discutir cada item, pois realmente a sociedade não pode ser prejudicada.

Por fim, eu queria só fazer um registro do que o Deputado Raimundo Ribeiro falou sobre a ação que foi feita lá em Ceilândia no momento em que S.Exa. parabenizou a Secretaria de Esporte. A Secretaria de Esporte é uma secretaria que hoje vem ajudando o social. Vimos aí agora – o Deputado Wasny de Roure sabe muito bem disso – o programa Boleiros, que estava suspenso, porque não tinha recurso para poder prover os jogos dos times de base, das ligas. Nós realmente conseguimos, juntamente com a sua ajuda e de diversos Deputados, aportar uma verba lá na Secretaria de Esportes. Hoje é realidade, a Secretaria de Esportes já está cedendo de novo os jogos para todas as regiões administrativas. Sabemos que, enquanto a pessoa está praticando uma atividade física, um esporte, está longe das drogas e da prostituição.

Então, parabeno a Secretária Leila, da Secretaria de Esporte, que vem fazendo um excelente trabalho.

Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de fazer um comunicado da Presidência: amanhã, a sessão ordinária da Câmara Legislativa, que será a chamada Câmara em Movimento, acontecerá em Planaltina, a partir das 15h. Há um adesivo que o pessoal está distribuindo para os Deputados. Esperamos todos lá em Planaltina amanhã, a partir das 15h.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V. Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V. Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Na verdade, fiquei extremamente preocupado com esse informe que o Deputado Julio Cesar passou agora com essa possibilidade de o governo extinguir a Secretaria de Esportes e juntá-la com a Secretaria de Educação. Eu, que sou uma pessoa que tem uma atuação muito próxima do esporte em nossa cidade, sou militante do esporte, sei como é importante uma política de esporte no Distrito Federal, como ela ajuda a tirar jovens da rua, a tirar jovens das drogas.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 18 |

Isso me preocupa muito, até porque realmente o Governo Agnelo – e o Deputado Julio Cesar, que participou lá como Secretário de Esportes, e a própria Leila, apesar das dificuldades que está tendo, desenvolveram excelentes projetos no Distrito Federal, principalmente esse projeto Boleiros, entre outros projetos, como apoio e incentivo a atletas. Fico preocupado, porque isso tudo pode acabar prejudicando esse segmento.

O que mais me preocupa agora, Deputado Julio Cesar, é que me parece que, mais uma vez, o Governador manda um pacote para cá sem sequer conversar com a sua bancada. V.Exa. é Líder do Governo e traz um informe... Pelo que eu estou vendo aqui, V.Exa. foi surpreendido com essa junção da Secretaria de Esportes com a Secretaria de Educação. O Governador continua errando no diálogo com esta Casa, no diálogo com nós Parlamentares. Então, eu lamento muito profundamente. Eu não conheço ainda – até porque o Governador entregou ali e foi embora – essa reestruturação, principalmente essa junção de Secretarias. Na minha avaliação, isso não traz economia nenhuma, traz uma economia tão irrisória para o Orçamento do Distrito Federal que é a mesma coisa que S.Exa. diminuir o próprio salário. Até parece que vai resolver alguma coisa diminuir o salário de S.Exa. em 2 mil reais, 3 mil reais. Então, eu lamento muito.

Eu quero me somar ao Deputado Julio Cesar aqui. Vamos tentar impedir que isso aconteça. O Governador precisa reforçar a Secretaria de Esportes, precisa reforçar a Secretaria de Educação e não deve misturar as duas, para não prejudicar o trabalho dessas Secretarias.

Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

O Governador Rodrigo Rollemberg, oito meses depois, admite que está ganhando muito, porque manda tirar 20% do próprio salário. Ótimo. O Agnelo, no início, dia 1º de janeiro, mandou um projeto reduzindo em 10%.

Eu tenho dito, Deputado Wasny de Roure, que o Governador, conhecendo como conhecemos Águas Claras e tudo, talvez nem precisasse de salário, porque tem carro oficial com ajudante de ordem e gasolina à vontade; come do bom e do melhor do que quiser, pago por nós; vai a uma viagem a qualquer canto e tem toda a estrutura bancada pelo governo. É até fácil, não é? Deputado Prof. Reginaldo Veras está dizendo que a comida é boa. Eu não comi lá ainda, mas S.Exa. é testemunha de que é boa.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, S.Exa. diz que vai cortar cargo comissionado de livre provimento. Ótimo. Agora, eu quero ver como é que S.Exa. vai cortar cargo de diretor de escola. Não pode. São centenas, por que não dizer milhares. Cargo de delegado-chefe das delegacias, tem como tirar? Não tem. Outro detalhe: está dizendo que está reduzindo em 20%. Na verdade, Deputado Wasny de Roure, quando S.Exa. assumiu, aumentou em mais de 20% o valor dos cargos



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 19 |

comissionados. V.Exa. sabe disso. O máximo que tínhamos era até DF14. Agora tem DF17, que foi criado para trazer o pessoal qualificado que não queria ganhar pouco.

Portanto, tudo é cosmético, achando que não há quem investigue, achando que não há alguém que vai atrás e vai mostrar que não está falando a verdade. E nós estamos aqui exatamente para isso. Eu disse ainda agora para S.Exa.: "Governador, nós da Oposição estamos aqui para votar tudo o que for a favor da população do Distrito Federal e contra tudo o que for contra a população do Distrito Federal". Aumento de impostos neste momento, eu sou contra, porque eles querem aumentar a taxa de limpeza pública de maneira linear; a taxa de iluminação, 32,5%, linear. Quer discutir IPTU, eu topo, mas vamos discutir casa por casa, o valor de cada casa. Não precisa da Câmara Legislativa para fazer isso.

Na verdade, a conclusão a que eu chego hoje é que o Governo do Distrito Federal, Deputado Wasny de Roure, Deputado Lira, está muito parecido com cachorro que corre atrás de carro. Ele corre, corre, corre e, na hora que o carro para, ele não sabe o que fazer com o carro. É o que está acontecendo hoje: correu, correu, ganhou o governo e não sabe o que fazer no governo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu gostaria de cumprimentar a Defensoria Pública pela iniciativa de uma ação civil pública a que deu entrada no dia de ontem. Diz o ofício, que foi enviado a cada um dos Srs. Parlamentares:

"Processo de escolha dos Conselhos Tutelares.

Considerando os recentes eventos atinentes ao processo de escolha dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal para o período de 2016/2019, bem como a expressiva quantidade de candidatos que nos últimos dias buscaram auxílio da Defensoria Pública no Núcleo de Defesa do Cidadão e nos gabinetes dos Parlamentares desta Casa, venho, por meio da presente, esclarecer que, além das ações individuais até o momento ajuizadas, mais de uma centena, também ingressei no dia de ontem, 14 de setembro de 2015, com uma Ação Civil Pública postulando a suspensão do processo de eleição e a anulação da fase de apresentação de documentos dos candidatos, inclusive em providência liminar.

O feito tramita agora junto à 1ª Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal sob o número 9.527-3/2015.

Atenciosamente,

Ricardo Batista Sousa. (Defensor Público-Geral)"

Peço a V.Exa. que faça a transcrição, nos Anais desta Casa, desse ofício, que é uma informação também da tramitação da representação dessa ação civil pública



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 20 |

em função da gestão desse processo de eleição no conselho tutelar, nas mais diferentes cidades do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito à Assessoria de Plenário que adote as providências cabíveis no sentido de constar na íntegra dos Anais da Casa o requerimento feito por S.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes no plenário, membros da imprensa, quero hoje falar sobre duas questões. Nesta semana, mais exatamente no domingo, organizamos uma ação no Eixão do Lazer em favor dos pacientes com epilepsia. Não sei se todos sabem, mas Brasília tem em torno, Deputado Ricardo Vale, de 5% da população com epilepsia. Esses 5% de pessoas que sofrem com epilepsia, infelizmente, aqui no Distrito Federal, sofrem há mais de quinze anos, porque – e aqui eu já usei desta tribuna diversas vezes para falar da luta dos pacientes –, não encontram o aparelho para fazer o diagnóstico a fim de saber se o paciente pode ou não fazer uma cirurgia para buscar a cura da epilepsia.

Neste ano, inserimos no orçamento da Secretaria de Saúde o valor para a compra de dois aparelhos, um deles para ficar no Hospital de Base e o outro, no Hospital da Criança. Fizemos essa ação no Eixão, onde esteve presente um dos maiores neurocirurgiões do Brasil, inclusive com pós-doutorado em epilepsia, na Alemanha, o Dr. Wagner, cirurgião da rede pública de saúde do Distrito Federal, que vem há mais de vinte anos lutando pela conscientização e pelo combate, Deputado Agaciel Maia, do preconceito aos pacientes com epilepsia.

Infelizmente, vivemos no século XXI, no ano de 2015, e esses pacientes sofrem com o preconceito na sala de aula, na rede pública de saúde e ao pegar o transporte. Esses pacientes não são considerados pessoas com deficiência, eles não têm os benefícios que as outras pessoas com deficiência têm. Esses pacientes, Deputado Chico Vigilante, Sr. Presidente, muitas vezes, não encontram na farmácia de alto custo os medicamentos necessários para fazerem o tratamento da epilepsia.

Lá, nós demos um grito, um grito de socorro à sociedade do Distrito Federal, para que não só esses equipamentos venham a ser comprados, mas para que uma lei que esta Casa aprovou em 2009 saia do papel e se torne prática, que é o Programa de Atendimento aos Pacientes com Epilepsia no Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Rodrigo Delmasso, tenho acompanhado o interesse do seu mandato por esse tema que considero extremamente rico, relevante para a cidade e, na medida do possível, tenho me associado a essa trajetória. Sei que V.Exa. anunciou o evento. Eu



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 21 |

infelizmente, por questões familiares, não pude estar presente. Considero-o de uma importância singular. Recebi, na última semana, a Presidenta da Associação Nacional dos Portadores de Epilepsia, acompanhada da presidenta local, que é uma professora da Universidade Federal de Minas Gerais, hoje aposentada, neurologista, que tem anos e anos de acúmulo nessa matéria.

Quero também me associar à manifestação de apreço que V.Exa. fez à trajetória acadêmica do Dr. Wagner, um especialista altamente qualificado, que compõe a rede pública do Distrito Federal. Inclusive, foi um dos motivos pelos quais, naquele movimento que fizemos das emendas para a saúde, fiz questão de destinar aquilo que caberia à minha parte, em torno de 3 milhões, para a aquisição de equipamentos. Naturalmente, é uma decisão do Secretário – já estivemos com ele – a aquisição do equipamento que permite o diagnóstico para posterior cirurgia. Portanto, nessa luta, V.Exa. conta com a modesta contribuição deste seu colega. Eu o parabeno pela eloquência com que tem tratado esse tema, tão importante na reconstrução da dignidade de uma pessoa portadora dessa doença. Conheço alguns que tiveram a oportunidade de ser submetidos à cirurgia e hoje são referência e exemplo do que a saúde pública pode alcançar para o benefício da sua população.

Parabéns, Deputado Rodrigo Delmasso!

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Para concluir, Sr. Presidente, hoje esta Casa dá uma demonstração de reconhecimento à luta de uma mãe que enfrentou o sistema para salvar a sua filha. Katiele Fischer, como é conhecida, mãe da Anny Fischer, portadora de epilepsia, enfrentou o sistema, quando o médico da sua filha, que porventura era o Dr. Wagner, disse a ela que um dos remédios que poderiam ser utilizados para a diminuição da quantidade de crises era o canabidiol. Esse remédio, todos sabem, é proveniente da folha da *cannabis*, ou seja, da maconha. Ela foi à Anvisa, que, na época, proibiu-a, Deputado Agaciel Maia, de fazer a importação, porque o canabidiol era uma substância proibida no Brasil. Foi, então, ao Congresso Nacional e se frustrou no debate lá, na época, principalmente com alguns Deputados que queriam utilizar aquilo somente como uma bandeira eleitoreira. Mas a luta dessa mãe fez com que o Conselho Federal de Medicina voltasse atrás, no início deste ano, e autorizasse os médicos brasileiros a receitarem o canabidiol.

A luta dessa mãe fez com que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária reclassificasse o canabidiol, retirando-o da lista de substâncias proibidas e classificando-o como substância de controle. Hoje, graças à luta dessa mãe, os pacientes conseguem fazer sua importação. Infelizmente, essa luta não acabou. Falo isso porque a minha filha é portadora de epilepsia e, quando venho a esta tribuna falar sobre isso, não falo como Deputado, mas como pai.

Ela foi usuária do canabidiol, e, para você importar um remédio desses, cada ampola, cada seringa que é utilizada e que dura mais ou menos um mês para quem usa três vezes ao dia, como é o caso da minha filha, custa em torno de 300 dólares.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 22 |

Aí, eu me faço uma pergunta: e aquelas famílias de baixa renda? Eu conheci a Daniele, uma senhora que é empregada doméstica, que ganha 900 reais por mês e que tem uma filha com epilepsia. Será que ela teria condições – e já teve a receita do canabidiol para a filha – de importar esse remédio? Óbvio que não. Não só pela questão financeira, mas pela questão burocrática.

Nesta Casa, Deputado Prof. Reginaldo Veras – e aqui eu quero agradecer V.Exa. –, nós aprovamos um projeto de lei que inclui o canabidiol dentro da relação dos remédios a serem custeados pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, obviamente, desde que o solicitante atenda aos requisitos técnicos mínimos para que haja a importação desse remédio. Nós já temos uma decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, da 2ª Turma da Vara de Fazenda Pública, que determinou à Secretaria de Saúde que compre o canabidiol para uma família que não tem condições de comprar.

Hoje nós entregamos um título de cidadã honorária, a partir das 19h, a esta mãe, que representa todas as mães do Brasil que lutam para vencer o preconceito da epilepsia. Katiele Fischer não é nenhuma autoridade pública. Katiele Fischer não é nenhuma pessoa que passou por algum cargo público, é uma dona de casa, é uma servidora pública que faz o seu trabalho para sustentar a sua filha. O seu marido, Norberto Fischer, é um gerente da Caixa Econômica Federal. Não é do mais alto escalão. Normalmente – e nada contra quem faz isso –, esta Casa dedica título de cidadão honorário àqueles que já exerceram funções públicas, que já foram secretários, ex-governadores, mas hoje esta Casa reconhece e entrega um título de cidadã honorária de Brasília a uma mãe, a uma cidadã, que não nasceu em Brasília, mas que constituiu sua família aqui. Entrega hoje, às 19h, pelo reconhecimento, pela luta que ela tem na defesa dos pacientes com epilepsia.

Esse projeto hoje se encontra na Comissão de Constituição e Justiça. Quero fazer dois pedidos. O primeiro, que a CCJ vote isso rapidamente. Depois, eu quero deixar registrado nos Anais desta Casa isto. Logo após a aprovação – pois eu tenho certeza de que esse projeto vai ser aprovado no plenário –, quero aqui fazer um pedido ao Governador: que ele não vete esse projeto. Que ele não use a sua caneta para vetar esse projeto que, creio, vai ser aprovado nesta Casa porque vai beneficiar – Deputado Wasny de Roure tão bem acompanha isso – as famílias que sofrem há vinte, trinta anos com o preconceito da epilepsia.

Quero aqui fazer esse pedido à Comissão de Constituição e Justiça que vote esse projeto, e, tão logo venha para o plenário, que os Deputados também aprove essa proposição. Faço aqui o pedido ao Governador de que tenha sensibilidade, de que não vete esse projeto, mas, sim, sancione-o pelo bem dos pacientes com epilepsia, das famílias que sofrem há muito tempo, como vários amigos que eu tenho depois que peguei esta causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 23 |

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao nobre Deputado Rodrigo Delmasso.

Gostaria de reforçar o comunicado de que a sessão ordinária da Câmara em Movimento acontecerá amanhã, às 15h, em Planaltina. Quero informar também que, na quinta-feira, está agendada a vinda do Governador para sancionar o projeto dos Deputados que destinaram 80% das suas emendas para a saúde. Na quinta-feira à tarde, há uma comissão geral promovida por mim, pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelo Deputado Julio Cesar e pelo Deputado Ricardo Vale para discutir a continuidade do programa Esporte à Meia-Noite. Então, na quinta-feira, eu quero comunicar aos gabinetes e aos Deputados aqui presentes que nós teremos essa comissão geral para discutir exatamente a situação do Esporte à Meia-Noite.

Convido o Deputado Rodrigo Delmasso a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Em síntese, começam a tramitar, depois de lidas essas mensagens, todos os projetos encaminhados pelo governo como projeto estruturante no sentido de se fazer o enfrentamento do problema do déficit. Então, passam a tramitar na Casa a partir deste momento, depois da leitura.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, protocolamos, através do nosso gabinete, o Ofício nº 479, de 2015, no gabinete do Sr. Governador, por meio do qual nós apresentamos um projeto de lei que trata do Setor Leste Industrial do Gama, feito pela nossa assessoria, juntamente com a assessoria desta Casa, à qual aproveito para agradecer.

Vou ler rapidamente este ofício por meio do qual nós encaminhamos o projeto e as tratativas. Esses projetos urbanísticos são normalmente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, de iniciativa do Poder Executivo. E são projetos com os quais temos que ter a máxima responsabilidade, até mesmo ao sugeri-los para o governo.

Em síntese, o que nós estamos fazendo é retornar aos indicadores do Plano Diretor Local do Gama, votado, se não me falha a memória, em 2006 – é a Lei Complementar nº 728 –, em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público, a qual foi acolhida e recepcionada pelo Tribunal de Justiça.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 24 |

Diz o ofício: “no afã de contribuir modestamente no encaminhamento de soluções que promovam o desenvolvimento de nossa Capital, submetemos à apreciação de V.Exa., em anexo, uma minuta de projeto de lei complementar que visa a restabelecer parâmetros de uso do solo dos lotes localizados nas Quadras 1 a 7 do Setor Leste Industrial do Gama.

Como é de conhecimento geral, a Lei Complementar nº 728, de 2006, que aprovou o Plano Diretor Local da Região Administrativa do Gama – PDL do Gama, sofreu Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN em seu art. 65, que trata do potencial construtivo das quadras QI 2 a QI 7 do Setor Leste do Gama, e em seu anexo III, que apresenta a listagem de endereçamento de todo o Setor Leste daquela RA.

Alguns anos depois, a SEDHAB – Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano, atual SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, editou a Portaria nº 59, de 2011, que condicionou a emissão de novos alvarás de construção à aprovação do projeto urbanístico especial para todos os empreendimentos localizados nas quadras QI 1 a QI 7 do Setor Leste Industrial, de acordo com a normatização do PDL.

A realidade resultante é que, atualmente, as QIs 1 a 7 do Setor Leste do Gama sofrem com a falta de regramento urbanístico claro que viabilize o desenvolvimento urbano do setor. Já faz mais de quatro anos que o último alvará de construção foi emitido para obras nessas quadras, o que tem contribuído sobremaneira para o processo de degradação da região, já que os lotes vazios têm sido clandestinamente usados como ponto de transbordo de catadores de lixo e como esconderijo de usuários de drogas.

Por essas razões, solicitamos de V.Exa. especial atenção à minuta de projeto de lei complementar ora apresentado, visando à sua tramitação em caráter de urgência, conforme previsto no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Assinado, Deputado Wasny de Roure.”

A mesma cópia, Sr. Presidente, é enviada ao Sr. Secretário da Segeth, para que ele, conforme a atribuição conferida àquela secretaria, possa examinar essa minuta de projeto de lei, para ajudar Brasília a melhorar, a alavancar novos empreendimentos na área da construção civil. Portanto, eu faço um apelo para que as devidas tratativas, Deputado Prof. Reginaldo Veras, possam ser feitas, para que o governo, se entender ser o correto, envie um projeto de lei da sua autoria.

A nossa tarefa é não apenas dizer o que deve ser feito, mas até minutar, para facilitar. A nossa preciosidade é tão grande, que chega até à exposição da mensagem do próprio Governador.

Eu queria agradecer ao Heber, à Gisele e ao Sena, que se encontra aqui, porque foram eles que prepararam tudo. Este Deputado apenas está encaminhando um ofício ao Governador, para que a cidade do Gama não continue tão parada como se encontra nesse momento.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 25 |

Sr. Presidente, eu ainda queria falar aqui da apreensão dos moradores de Vicente Pires. Recentemente nós estivemos em Vicente Pires, na Chácara 94. Hoje, inclusive, eles estavam aqui distribuindo um documento que foi apresentado ao Governo do Distrito Federal. Fui procurado por essa comissão, que trouxe às minhas mãos, ao meu conhecimento, a Medida Provisória 691, de 31 de agosto de 2015, da Presidência da República, que, no artigo 5º, orienta que a Secretaria do Patrimônio da União verificará a regularidade cadastral dos imóveis a serem alienados e procederá aos ajustes eventualmente necessários durante o processo de alienação.

O inciso II do parágrafo 1º do artigo 6º fala de áreas em que seja vedado o parcelamento do solo, na forma do artigo 3º e do inciso I do *caput* do artigo 13 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Eles fazem um apelo porque a Chácara 94, Deputado Agaciel Maia e Deputado Cristiano Araújo, se encontra na Gleba 2, que é uma gleba de propriedade do Governo Federal. Sugerem uma alternativa de estudo por parte do Governo do Distrito Federal para que, antes de fazer as demolições, atente para a natureza da propriedade, da dominialidade da área. No entanto, temos que ter claro que as prerrogativas urbanísticas são do poder municipal, portanto são do Governo do Distrito Federal. Então, não adianta haver uma medida provisória, se não houver uma aquiescência do Governo do Distrito Federal.

É necessária uma posição clara porque, na realidade, por mais que o governo apresente a justificativa de que é terra pública – e a terra é pública –, seja do GDF, seja da União, Deputado Prof. Reginaldo Veras, se o governo quer aplicar a lei, ele não pode fazê-lo apenas para alguns. Então, que aplique para toda uma cidade. Como ele não vai fazer isso, porque é uma cidade consolidada, que encontre uma saída negociada, transparente para que esses ocupantes que terão que pagar, seja à União ou ao GDF, possam se tranquilizar.

Nós temos o caso da Chácara 200 – aí eu não sei se é Gleba 2 ou Gleba 1. No caso da 94, que se possa encontrar uma saída negociada, a exemplo das demais. O governo apresenta um argumento muito forte que nós não podemos desconhecer, o da utilização da área para fins de equipamentos públicos comunitários, os EPCs. Isso é absolutamente pertinente numa localidade em que nós temos várias áreas disponíveis que poderiam acomodá-los.

O que nós queremos fazer nesta tribuna é um apelo ao Governador, no sentido de encontrar uma solução para aquela comunidade, com responsabilidade. É extremamente sofrido ver casas que são construídas com suor sendo demolidas – as de alguns e não as de outros. Por que é demolida a de um e não a de outro, se todos estão nas mesmas condições?

Esse é um grande problema que nós temos em Brasília, eu reconheço isso. Eu não quero fazer desta tribuna um estímulo e um incentivo à invasão de terra pública. Quando falo dessa matéria, me preocupo profundamente, mas eu também não posso desconhecer que se passam oito meses, que há casas que foram



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 26 |

construídas há mais de um ano e ficaram despercebidas dos órgãos de fiscalização. Será que não existia órgão de fiscalização há um ano, há dois anos? Existia. Não existia administração? Existia. Não tinham conhecimento? Tenho dúvidas. Tenho dúvidas, até porque em uma dessas áreas há construção de sete pavimentos. É inacreditável uma argumentação dessas.

(Intervenção fora do microfone do Deputado Lira.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Nobre Deputado Lira, não cabe aparte porque estamos em Comunicados de Parlamentares. V.Exa. pode fazer uma questão de ordem.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Eu estava ouvindo atentamente V.Exa. falar sobre Vicente Pires e sobre as demais áreas em que edificações estão sendo demolidas aqui, no Distrito Federal, e isso me fez lembrar um episódio recente. A Agefis foi à orla do Lago retirar todas as construções ali, em volta. Estas devem ser retiradas, mas ela deparou com três casas, uma de embaixada, uma do Senado Federal e a outra da Câmara dos Deputados. E disseram: “Essas nós não podemos derrubar.” E aí pularam. Se a lei é para todos, por que existem essas restrições? Para alguns pode; para outros, não. Então, são coisas que precisam ser revistas, porque, se a lei é para todos, ou vale para todo mundo, ou não vale para ninguém.

Com relação a Vicente Pires, eu acredito que existem alternativas viáveis para negociar com os moradores sem que necessariamente se tenha que demolir a casa daquelas famílias. Eu também sou contra invasão de área pública, invasão em geral, mas há casos e casos. Eu acredito que a Agefis não está sendo feliz em nenhum dos casos.

Obrigado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu só queria registrar aqui que o juiz cassou a liminar concedida no caso da Chácara 94. Portanto, a qualquer momento, poderá haver novas demolições de grande impacto na cidade. Eu fico absolutamente perplexo se realmente houver a demolição de todos os prédios. Qual é o fato de ter em um e não ter em outro? É um atentado ao Poder Público? Eu entendo que sim. Como é um atentado ao Poder Público a edificação ser construída diante das autoridades e ser absolutamente desconhecida. E, depois de consolidada a construção, a autoridade chega na porta e diz: “Agora é hora de demolir.” Por que permitiram que se chegasse a esse estado?

Essa é a grande angústia que paira, porque, querendo ou não, nós estamos vivendo momentos em que uma pessoa vai morar num condomínio porque não conseguiu comprar no Plano Piloto, no Lago Norte, no Lago Sul ou em outras localidades. Ela comprou lá legitimado pelo Poder Público, porque todo um bairro se



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 27 |

consolidou. Todo um bairro se consolidou em Vicente Pires. E é como está, neste exato momento, em São Sebastião. Lá, em São Sebastião, neste exato momento, todos nós sabemos que as chácaras estão sendo fatiadas e vendidas. Na Ponte Alta está acontecendo a mesma coisa! As chácaras estão sendo parceladas e vendidas. O governo sabe disso. O governo anda e vê anúncios na rodovia, na entrada da região. Dizer que não existe essa realidade é achar que somos idiotas.

Eu creio sinceramente nisto: nós temos dois tipos de cidade. A cidade que é o Plano Piloto, onde estão os monumentos, o Lúcio Costa, o Niemeyer, as grandes autoridades, o Congresso, os magistrados como um todo. Não há nenhum edifício da magistratura que esteja nessas localidades. Nós temos o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública em várias cidades já consolidadas no Distrito Federal, que são próximas e que conhecem essa realidade. Dizer que as autoridades não a conhecem... Conhecem! Ocorre que nós temos uma cidade que é vista pela mídia, que é chamada quando há quadros de gravidade – alguém morreu, alguém se acidentou ou houve grandes calamidades. E mídia vai e destaca. Mas todos nós sabemos que, se a mídia for a esses locais, vão identificar vendas de imóveis irregulares sendo feitas, chácaras sendo parceladas. E o mais grave – inclusive foi dito hoje pela Presidente desta Casa, e entendi absolutamente correto –: o governo não encaminha a Lei de Uso e Ocupação do Solo nem o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, o PPCUB, que é referente à área tombada.

Então nós ficamos absolutamente perplexos. Aí perguntam: “Mas o que o governo passado fez?” É verdade, o governo passado, por duas vezes, encaminhou a matéria, que não tinha sido, na plenitude, apreciada pelo Conplan. O próprio governo veio para cá complementar através de emendas, o que o Conplan não acolheu. Portanto, não houve condições de votar.

Então, eu acho que nós precisamos ter clareza dessa responsabilidade. A cidade padece de respostas concretas diante de dilemas tão crônicos como esse que nós estamos vivendo.

Não adianta, Deputado Agaciel Maia, o Governador querer resolver o problema das finanças do Distrito Federal. O problema do Distrito Federal não é apenas as finanças e o pagamento do servidor público. Nós temos uma população de 3 milhões, que, com o Governo Rollemberg ou sem o Governo Rollemberg, vai continuar vivendo, vai continuar dependendo desta cidade. Portanto, temos que pensar na qualidade...

Ontem nós estivemos no FNDE. O Deputado Prof. Reginaldo Veras e eu fomos lá conversar com o Diretor Executivo do FNDE sobre a política de creche. O Distrito Federal tem como remanejar, pode remanejar em torno de 30, 39... não sei, a minha memória não precisa, mas é um número de três dezenas de novas creches, aquilo que ainda não conseguiu fazer do programa de 110 creches firmado à época do Governo Agnelo.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 28 |

Então não adianta nós só reclamarmos. Nós temos que conversar. Mas eles, naturalmente, não admitem construção em áreas que, depois, o Tribunal de Contas não verifica que tem lastro de dominialidade do Governo do Distrito Federal ou de qualquer município ou de qualquer estado.

Eu deixo essas considerações e essas reflexões.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Quero parabenizar V.Exa., que hoje estava inspirado. Falou por 24 minutos ininterruptamente.

Eu gostaria de registrar, para efeito regimental e assessoria da Mesa, a solicitação do nobre Deputado Lira, que falou após o pronunciamento do Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra, como último orador inscrito, ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, galeria, eu venho à tribuna hoje tratar de um assunto que eu não sei se já foi relatado aqui pelos nossos colegas Parlamentares.

No meio desse turbilhão todo que vivemos hoje, um dia extremamente intenso, com a visita do Governador e com o que muitos têm chamado de pacote-maldade, nós temos um cardápio político muito amplo para discutir. Acredito inclusive que a imprensa está avida por isso.

Mas há um tema que foi relatado nos jornais, no final de semana, que eu, por convicção e também por método parlamentar, não poderia deixar de trazer a esta tribuna, para que esta Casa tome conhecimento, tome posição e atitudes. Trata-se dos crimes que, na minha opinião, foram crimes raciais, crimes de intolerância religiosa que ocorreram no Entorno de Brasília nesse final de semana. Dois terreiros de religiões de matriz africana foram queimados, destruídos na região de Santo Antônio do Descoberto e de Águas Lindas.

Em que pese não estarem dentro do Distrito Federal – e talvez alguns possam dizer que não é de nossa jurisdição, de nossa competência –, por dever moral, por dever de cidadão e de Parlamentar, nós não podemos deixar isso passar em branco.

A questão da intolerância religiosa infelizmente é o primeiro degrau que faz com que guerras aconteçam, com que crimes aconteçam. Hoje nós vemos grupos terroristas amparados, armados, espalhando pelo mundo o terror, fruto da intolerância religiosa.

Então, às vezes alguém pode pensar: é exagero da sua parte, Cláudio. Mas nas pequenas coisas, nos primeiros passos, é que vão surgir essas situações. Até porque a nossa Casa é uma Casa de Leis. E a Constituição dos Direitos Humanos da



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 29 |

ONU, que congrega, se não todos, mas a maioria esmagadora dos países da humanidade, diz que a religião não pode, em hipótese nenhuma, estabelecer barreiras de relações entre as pessoas. Hoje o que vemos é que, de vez em quando, Deputado Agaciel Maia, aparece um terreiro queimado, aparece uma igreja queimada.

Eu tenho a minha fé, eu tenho a minha crença muito convicta, mas em hipótese nenhuma eu vou concordar com que as pessoas não possam exercer as suas crenças. E mais, de uma maneira tão violenta como aconteceu lá em Santo Antônio do Descoberto.

Além disso, se formos fazer especificamente uma análise sobre as religiões de matrizes africanas, veremos que elas não são beneficiadas pelos programas de regularização das igrejas. Muito tivemos de brigar aqui nesta Câmara Legislativa, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. também estava conosco, para que incluíssemos terreiros de comunidades em leis de regularização de templos. Porque até então, Deputado Prof. Reginaldo Veras, isso não era cogitado.

Então, foi necessário que fizéssemos um movimento para que essas comunidades fossem atendidas. É lógico, elas estão no Entorno. E sabe por que elas estão no Entorno? Porque não conseguem se estabelecer no Distrito Federal. Não conseguem! Literalmente essas comunidades religiosas são caçadas por órgãos governamentais do ponto de vista da fiscalização. É incrível isso!

Várias e várias vezes, recebi denúncias de que foram fechadas porque estavam com o som alto. Ora! Convenhamos. Eu sou católico, e na minha igreja também tem barulho, tem música, louvores, como acontece em diversas outras religiões. Temos visto isso acontecer especificamente com as religiões de matriz africana.

E mais, no ano passado, nós fizemos uma audiência pública para discutir os crimes raciais. O crime racial é o passo seguinte à intolerância. A intolerância é o primeiro passo, e o crime racial é o segundo. E nós, à época, acertamos com a Polícia Civil e com o Ministério Público também, estava o Dr. Tiago aqui presente, que seria criada, já que não podia haver uma delegacia especializada ainda, dado o efetivo reduzidíssimo – inclusive volto a dizer que a minha categoria está em greve, e uma das lutas é o aumento do efetivo –, que houvesse então uma coordenação de combate aos crimes raciais. Essa coordenação foi criada na gestão passada, do Dr. Jorge Xavier, e vamos oficialar a nova direção.

O Dr. Érico Seba, meu amigo, eu tenho certeza de que vai estar de coração aberto para isso, porque o que nós não podemos é admitir que a intolerância, o descontrole raivoso por meras discordâncias religiosas possa afetar uma gama de comunidades que já vêm ao longo do tempo sendo marginalizadas.

Hoje eu falava a uma amiga que as pessoas vão ao cinema assistir Thor, da mitologia – o Deputado Prof. Israel sabe mais, que são os povos do norte – dos escandinavos. Nós aqui estudamos nos nossos bancos das escolas, Deputado Prof.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 30 |

Reginaldo Veras, nosso professor, a mitologia grega. Mas desprezamos a riqueza que existe - se não é uma questão de fé - no campo mitológico da cultura das religiões de matrizes africanas que constituem o Brasil. E há a intolerância. Sem falar da enorme contribuição que todas essas religiões deram ao Brasil.

Hoje nós temos patrimônios culturais reconhecidos no mundo que surgiram de onde? Dos povos que vieram da África com suas crenças e suas religiões. Desde a questão da capoeira até um prato que quase todos aqui apreciam, a feijoada, que surgiu dentro das senzalas e também dentro das crenças que têm de alimentar os orixás.

Então eu tenho a minha fé muito convicta, Deputado Wasny de Roure, assim como V.Exa. tem. Eu tenho a minha fé muito bem baseada dentro dos princípios do cristianismo, mas eu não posso, em hipótese nenhuma, tolerar que pessoas sejam discriminadas, agredidas por questões de crenças. Questões como essas são vistas contra os cristãos no Irã, contra os *baha'ís* também no Irã.

A intolerância gera grupos como o Estado Islâmico, amparados de uma forma equivocada, numa leitura equivocada do Alcorão, hoje espalham o terror pelo Oriente Médio. Nós estamos muito longe disso, é verdade, mas não podemos, em hipótese nenhuma, permitir que haja nem que seja uma brecha para que isso aconteça.

Portanto quero deixar o meu repúdio a esses atos de intolerância e, como disse, iremos oficializar à Polícia Civil do Distrito Federal para ver em que pé estão as coordenações de combate aos crimes raciais no Distrito Federal. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Esta Presidência aproveita para saudar V.Exa. pelo retorno à Casa, conferido pela população. Com a saída do Deputado Dr. Michel, V.Exa. exercerá a plenitude do seu mandato nessa oportunidade.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Prof. Reginaldo Veras, Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura que ontem esteve conosco no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE discutindo algumas medidas interessantes para o Distrito Federal.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente. O que me traz à tribuna hoje é um fato lamentável ocorrido ontem na cidade de Ceilândia e presenciado por mim. Uma das histórias mais tristes da minha vida como professor.

Tenho rodado várias escolas no Distrito Federal dando aula, como prometi. Isso foi compromisso assumido em campanha. Como não posso mais exercer a função na rede pública porque a lei não me permite, enquanto exerço o mandato, tenho ido como voluntário a convite das escolas, dando aulas de temas de redação, atualidades, geografia e preparatórios para o Enem.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 31 |

Ontem eu estava, à noite, no Centro de Ensino Médio 2 de Ceilândia. Por coincidência, o Deputado Cláudio Abrantes acaba de falar aqui, eu estava dando uma aula sobre diversas formas de violência. Lá citávamos o terrorismo, a ação do Estado Islâmico e as consequências disso, como o fluxo migratório intenso para a Europa, onde também a violência se faz presente por meio do fenômeno da xenofobia em imagens vistas por todos.

Enquanto dávamos a aula, 120 a 150 alunos, mais ou menos, muitos concentrados, atentos à aula, ouvimos uma gritaria. Como era hora do intervalo, a gente ia alongar a aula durante o intervalo, acreditei que fossem aquelas brincadeiras de intervalo. E não era, Deputado Wasny de Roure. Um estudante, na sala geminada a que eu estava dando aula, esfaqueou um colega em sala de aula. Uma situação triste.

O coordenador foi até a minha sala, sabendo da função que exerço atualmente, pedindo ajuda, para que a gente acionasse os órgãos policiais o mais rápido possível, o que até aconteceu.

Parabenizo inclusive o pessoal do Samu, que chegou numa velocidade fantástica, mas que, infelizmente, já não podia fazer nada porque o estudante tinha ido a óbito. Parabenizo também à Polícia Militar que chegou a tempo, trabalhou bonitinho, mas, acima de tudo, Deputado Wasny – desculpe até pela emoção a que isso me leva –, parabenizo os professores que impediram uma tragédia ainda maior.

O jovem que esfaqueou o outro ia ser linchado. Começou a ser linchado por vinte estudantes que não aceitaram aquilo, e quatro professores, usando sua força, sua autoridade como professor, conseguiram impedir que aquela tragédia tomasse uma dimensão ainda maior. E nós presenciando tudo aquilo, atônitos, sem saber o que fazer. Pensem numa situação lastimável.

Eu chamo a atenção aqui por quê? Desde o início do ano, eu venho batendo nessa tecla. Já fui visitar o Secretário de Segurança Pública, já realizei uma audiência pública nesta Casa sobre segurança dentro e no perímetro das escolas.

O Deputado Prof. Israel aprovou uma lei bastante questionada sobre a autoridade e a segurança do professor em sala de aula. Então, vejam que é um tema recorrente.

Ainda que digam que é um fato pontual – e é naquela escola, uma escola de excelência –, se pegarmos a totalidade das escolas, é um fato cotidiano, corriqueiro. Esses jovens envolvidos na violência e assassinados dentro do ambiente escolar, ou próximo a ele, são invisíveis. Depois do fato, isso cai na invisibilidade, e eu não posso permitir que isso caia na invisibilidade. Parece chato da minha parte, mas eu continuarei, ao longo destes quatro anos, debatendo e cobrando medidas concretas a respeito desse assunto.

Vou fazer um pedido encarecido ao Secretário de Segurança Pública. Foi lançado recentemente o Viva Brasília – Nosso Pacto pela Vida, programa de segurança pública baseado no programa do Estado de Pernambuco. Eu estava com o



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 15 09 2015 | 16h45 | 78ª SESSÃO ORDINÁRIA | 32 |

Governador em Ceilândia, diga-se de passagem, no lançamento de tal pacto e deixei claro que não adianta a gente aumentar o efetivo policial. O Deputado Cláudio Abrantes sabe que o policiamento ostensivo contribui para minimizar os índices de violência, mas não os resolve, não os sana, não reverte o quadro crescente de aumento desses indicadores de violência.

Se não fizermos paralelamente, se não adotarmos – paralelamente ao aumento do efetivo policial – ações relativas a demandas sociais, isso não vai acontecer. Esta Casa tem que se preocupar com esse assunto. Eu vou deixar este pedido ao Secretário de Segurança Pública: que sejam inseridas medidas concretas, no Pacto pela Vida, a respeito de segurança no ambiente escolar e no perímetro das escolas.

Eu, todos vocês que estão me ouvindo e toda a sociedade brasileira assassinamos aquele jovem, junto com o outro jovem assassino. Todos nós somos solidários nesse assassinato, ou por omissão, ou por fazermos vista grossa, ou por qualquer outra atitude. Todos nós estamos com as mãos manchadas de sangue neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Reginaldo Veras, agradeço esse emocionante discurso e depoimento. Quero me congratular com V.Exa., que, no nono mês de exercício do seu mandato, tem trazido posições muito lúcidas a esta instituição. Sou um grande admirador de V.Exa. por sua dedicação à educação do Distrito Federal.

Esses momentos de dor fazem parte daqueles que lutam legitimamente pelo interesse do nosso povo. Parabéns, Deputado. É sofrido, mas é melhor sofrer com aqueles que sofrem do que ficar numa postura de omissão. Felizmente V.Exa. estava lá para evitar uma tragédia maior.

Indago aos Deputados presentes se ainda há algum outro pronunciamento.

Não havendo mais Deputados que queiram se manifestar, nem *quorum* para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h53min.)